

O ENSINO MÉDIO EM BLOCOS DE DISCIPLINAS SEMESTRAIS NO ESTADO DO PARANÁ E SUA CONVERGÊNCIA COM A POLÍTICA EDUCACIONAL NEOLIBERAL¹

Jeovania Fabro - UNIOESTE, (Universidade Estadual do Oeste do Parana)²

Suely Aparecisa Martins UNIOESTE, (Universidade Estadual do Oeste do Parana)³

RESUMO

O Ensino Médio brasileiro passa por um processo de reorganização administrativa, pedagógica e financeira que converge com as políticas neoliberais, as quais orientam a economia, a função do estado e a esfera das políticas educacionais brasileiras. Este artigo limitou-se a refletir sobre os programas desenvolvidos em âmbito federal, com o Ensino Médio Inovador, e, estadual, com o Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais, implantado no Paraná a partir de 2009. A relevância desse trabalho apresenta-se como uma tentativa de explicitar os esforços por parte dos estados na reorganização do Ensino Médio com vistas a uma política de resultados.

Palavra chaves: Ensino Médio, disciplinas semestrais, políticas educacionais.

RESUMO

La Enseñanza Media brasileña pasa por un proceso de reorganización administrativa, pedagógica y financiera que converge con las políticas neoliberales las cuales orientan la economía, la función del estado y de las políticas educacionales brasileñas. Este artículo se limitó a reflejar sobre los programas desarrollados en ámbito federal con la Enseñanza Media Innovadora, y, en ámbito provincial, con la Enseñanza Media en bloques de disciplinas semestrales implantado en Paraná a partir de 2009. La relevancia de ese trabajo se presenta como una tentativa de explicitar los esfuerzos por parte de los estados en la reorganización de la Enseñanza Media con vistas a una política de resultados.

Palabras llaves: Enseñanza Media, disciplinas semestrales y políticas educacionales

¹ Artigo elaborado a partir de pesquisa e estudos referente à dissertação no curso de Mestrado em Educação Unioeste/Campus de Francisco Beltrão/PR. A pesquisa, teve como objetivo analisar os avanços e limites na formação dos jovens estudantes no Ensino Médio organizado em blocos de disciplinas semestrais no estado do Paraná. Parte do texto publicado no VII Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

² Autor

³ Orientador

Introdução

Este artigo é fruto de reflexões, acerca das redefinições das políticas educacionais para o Ensino Médio em âmbito nacional, bem como, no estado do Paraná. Tais reflexões remeteram a uma análise, que busca evidenciar dialeticamente as bases que sustentam as redefinições políticas no campo educacional, com novas propostas de reorganização curricular no Ensino Médio. Diante disso, pretende-se aqui, tratar inicialmente sobre a crise do modelo fordista na década de 1970, e, a natureza da ofensiva neoliberal enquanto alternativa do capital, para recompor suas bases de acumulação diante do processo de crise. Feito isso, procura-se evidenciar algumas transformações no encaminhamento das políticas educacionais para o Ensino Médio, tomando como referência o período de 2007 até nossos dias.

Busca-se no decorrer do estudo, analisar as estratégias desenvolvidas pelo Ministério da Educação, ao incentivar as escolas na organização de propostas inovadoras, a fim de, suprir as carências do Ensino Médio brasileiro. Além disso, analisa-se as aproximações da organização do Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais, no estado do Paraná, com o Ensino Médio Inovador e as políticas educacionais de princípio neoliberal.

O intuito neste estudo não é o de esgotar tal tema, mas apenas entender como o discurso neoliberal se faz presente na reforma da educação, e, sobretudo, no Ensino Médio. Finaliza, considerando que mesmo estando legitimada por uma política neoliberal, a prática educativa no Ensino Médio, pode representar uma ação de resistência aos princípios neoliberais, colocando a educação a serviço da transformação social.

O Ensino Médio no contexto da política neoliberal

As reformas curriculares para o Ensino Médio, desenvolvidas no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, são articuladas com o contexto da reorganização do capital em decorrência da crise econômica e financeira da década de 1970. A crise iniciada neste período, levou a mudança dos mecanismos de produção e de acumulação do capital empreendidos nos países capitalistas após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dentre os fatores que provocaram a crise está o esgotamento dos sistemas de câmbio e a crise do petróleo. A alta inflação provocou um desemprego desenfreado principalmente nos países emergentes. Nos anos oitenta, a inflação caiu, mas os problemas associados a ela, como o desemprego, se aprofundaram. A recuperação da economia já era visível, no entanto, o “desemprego aumentava até se transformar numa condição inelutável das sociedades capitalistas do final do século” (GENTILI, 1998, p. 78). Noma (1999) destaca que como resposta a crise, houve um processo de reorganização do capital e do correspondente

sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo e de suas políticas econômicas e sociais (p. 2).

A inserção efetiva das políticas neoliberais aconteceu a partir dos anos de 1970 na Inglaterra com Margarete Thatcher (1979 -1990) e nos Estados Unidos com Ronald Reagan (1981-1989) em substituição às teses econômicas keynesianas. Para os neoliberais a crise econômica resultou da demasiada interferência do Estado na economia, bem como, dos significativos ganhos e conquistas dos trabalhadores durante o período de vigência do Estado Keynesiano. Neste sentido, segundo Noma (1999):

As crises cíclicas do capital, a partir de 1970, seriam causadas pela configuração do Estado interventor e não pela essência do próprio capital que contem contradições a ele imanentes. Em consonância com esta lógica, constituem-se em elementos determinantes para o agravamento das crises, a oferta estatal de serviços sociais e as garantias trabalhistas, os quais são associados à falta de capacidade administrativa do Estado. Em razão do exposto, justifica-se porque uma das principais políticas neoliberais é a desregulamentação estatal com vistas a viabilizar novas possibilidades promissoras de acumulação de capital por meio da livre iniciativa. Foram adotadas medidas políticas visando à diminuição dos gastos financeiros do Estado na manutenção das políticas de bem estar social e, concomitantemente, defendeu-se a sua subsequente transferência ao setor privado (NOMA, 1999, p. 2).

O Estado redefiniu-se não apenas no seu papel, mas na organização de sua gestão encurtando sua ação no plano econômico. Defendem a diminuição da estrutura do Estado, descentralização de suas atividades, administração pública com base gerencial e empreendedora, que se caracteriza pela forma de governo competitivo, de resultados, preventivo, descentralizado e orientado para o mercado. Na nova ordem emergente, organismos globais com poder político e econômico, produzem a hegemonia do capital em âmbito nacional e global.

De acordo com a doutrina neoliberal, a crise deste período foi causada pela configuração do Estado interventor, agravado pela oferta estatal de serviços sociais e a concessão de garantias trabalhistas. Neste sentido Noma afirma que “uma das principais políticas neoliberais, é a desregulamentação estatal, com vistas a viabilizar novas possibilidades promissoras de acumulação de capital, por meio da livre iniciativa” (NOMA, 1999, p. 2).

Estas redefinições marcam a economia brasileira, principalmente, a partir dos anos de 1990 e delimitam novas demandas a formação dos trabalhadores. As políticas sociais são a porta de entrada dos organismos internacionais nos países em desenvolvimento, como o Brasil. A educação mercantiliza-se em todos os seus aspectos segundo a matriz política, ideológica e teórica do Estado neoliberal. O poder regulador do Estado político é, agora também, financiado pelo capital internacional. Além disso, é evidente que o capital internacional projeta, no estado nacional, uma formação humana de acordo com princípios ideológicos próprios. Sendo assim, a ideologia neoliberal visa que a educação, por meio dos conteúdos curriculares, legitime a racionalidade científica

instrumental, formação esta, primordial ao desenvolvimento dos meios de produção e da competitividade na sociedade contemporânea.

Através das políticas educacionais, focadas no modo de produção flexível e globalizadas, vai se delineando os diferentes níveis educacionais, de acordo com as necessidades do mercado. No Brasil, as classes populares asseguram-se apenas à Educação Básica⁴, garantida pelo Estado. Educação essa, provida também por meio da educação à distância, e, com currículos enciclopédicos.

As políticas educacionais, que derivam do princípio neoliberal, reforçam a mercantilização da educação, entendendo o investimento na esfera educacional como forma de promover o desenvolvimento econômico e social. Segundo o pensamento neoliberal⁵, o sistema educacional, está em crise, por apresentar baixos níveis de produtividade e pelo Estado apresentar deficiência administrativa em gerenciá-lo. Um exemplo da crise educacional é os resultados na ineficiência do ensino, expresso por meio das altas taxas de evasão e repetência, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Superior. Neste sentido, como forma de superação da crise educacional, Gentili (1998) aponta a solução encontrada pelo ~~pensamento~~-neoliberalismo:

(...) sair da crise supõe desenvolver um conjunto de propostas em nível macro e micro institucionais mediante as quais seja possível institucionalizar o *princípio da competição*⁶ que deve regular o sistema escolar enquanto mercado educacional. Dois grandes objetivos dão coerência e atravessam horizontalmente tais estratégias: a) a necessidade de estabelecer mecanismos de controle de qualidade (na ampla esfera dos sistemas educativos e, de modo específico, até o interior das próprias instituições escolares); e b) a necessidade de articular e subordinar a produção do sistema educacional às demandas que o mercado formula (GENTILI, 1998, p. 23).

Neste sentido, questões como: redução dos gastos públicos; descentralização dos encargos; flexibilização das relações de trabalho e formação do trabalho simples, tem perpassado nas últimas décadas, o campo educacional. Conforme o princípio neoliberal, o Estado, ao interferir politicamente na educação, provocou a sua ineficiência. Deve-se, portanto, implantar nos sistemas educacionais, os valores do mercado, como a competição, de modo que se tenha a compreensão que somente os melhores vencem. Esta concorrência entre instituições e sistemas, é que, culminaria na melhora da

⁴ Art. 21º. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e Ensino Médio (LDB 9394/96).

⁵O neoliberalismo surge na contraposição às teses Keynesianas e a característica do Estado do Bem Estar Social. O neoliberalismo visa reforçar a premissa da adoção da política do livre mercado. Em 1944, Friedrich Hayek, economista britânico, por meio do livro “O Caminho da Servidão” faz severas críticas ao estado intervencionista. Segundo Aparecida M. Pinto (1988), “Hayek condena toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado; considera o intervencionismo uma ameaça a liberdade, tanto a econômica, quanto a política” (p. 26). Ainda segundo a autora, os atuais neoliberais traçam políticas econômicas que culminam na formação de blocos de força. É neste sentido que conceitua o neoliberalismo como: “superioridade do livre comércio, individualismo metodológico, contradição entre liberdade e igualdade sendo a liberdade entendida como conceito absoluto” (p. 34).

⁶Grifos do autor

qualidade dos serviços educacionais, ou seja, na qualidade do ensino. Assim, para garantir a qualidade no ensino, uma das estratégias neoliberais, é estabelecer mecanismos de controle de qualidade.

Na lógica do mercado, a eficiência e a eficácia se dão pela concorrência e pela qualidade do produto, portanto, o controle da qualidade se dá ao associar o financiamento de programas educacionais a resultados. Os sistemas de avaliação⁷ implantados a partir de 1995, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), apresentam-se na esfera educacional, como ferramentas básicas para o planejamento, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas, subsidiando dados que são referência na tomada de decisões. Os resultados do rendimento e desempenho das instituições, estados e municípios, são disponibilizados por meio de ranking, expressando a associação dos supostos resultados do ensino aprendizagem, aos mecanismos de mercado. Esta condição de competição entre as instituições e redes estaduais por contratos ou recursos, pressupõe que os serviços públicos assumem a forma de mercadoria, perdendo seu caráter de direito social. Assim, no Estado neoliberal, tanto as políticas sociais como as educacionais são associadas aos mecanismos do mercado. É neste sentido que Silva (2003), analisa as novas configurações das políticas sociais:

Quanto ao financiamento e a avaliação das políticas sociais na condição de *quase mercado*,⁸ o Estado, ao fornecer recursos somente àquelas que apresentam melhores resultados, a partir de parâmetros definidos pelo próprio Estado, incentiva e patrocina um sistema de valorização das instituições, bem como de possíveis falências. Dessa forma, o Estado, por meio dos fundos públicos e do sistema de avaliação de desempenho, não apenas constrói um mercado das políticas sociais, mas também o controla (SILVA, 2003, p. 93).

É neste aspecto de competitividade, entre as instituições e de distribuição de recursos segundo a avaliação de resultados, que se entende o Programa Ensino Médio Inovador⁹ no âmbito do serviço educacional.

O Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais no estado do Paraná e a articulação com as políticas neoliberais.

Um dos fatores propagado pela reforma do Estado e da educação brasileira de princípio neoliberal é a descentralização das ações de execução dos serviços educacionais. Na visão dos governos neoliberais, o Estado é incapaz de promover as

⁷ Censo Escolar, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) são alguns dos sistemas nacionais de avaliação da Educação básica.

⁸ Grifos do autor

⁹ O Ensino Médio Inovador é um programa formulado pelo Ministério da Educação, apresentado como uma iniciativa de apoio técnico e financeiro as redes estaduais que desenvolvem práticas inovadoras no Ensino Médio. Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional (PORTARIA Nº 971, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009, p. 1).

condições adequadas aos serviços educacionais, nesta perspectiva descentralizadora Noma afirma que, o Estado pressupõe um “aumento da centralização do planejamento do controle e da descentralização da execução” (NOMA, 1999, p. 9). Assim, as reformas do Estado e da educação, baseiam-se nos pressuposto da administração gerencial que consiste em:

De modo geral aplicar os preceitos da adestração gerencial significa: delegar o poder de decisão (normativo e de supervisão) aos órgãos administrativos, dando-lhes maior autonomia para contratar empresas privadas para a execução das políticas; estabelecer uma separação entre formulação e implantação de políticas; cortar os gastos públicos e buscar a eficiência e a racionalização orçamentária (SILVA, 2003, p. 81).

Neste sentido, o Estado assume a função de regulador e coordenador das políticas educacionais, reforçando órgãos de controle como o Ministério da Educação – MEC. “O Estado centraliza as funções de regulamentar, avaliar e monitorar as unidades escolares, ou seja, mantém centralizadas as decisões relevantes” (NOMA,1999, p. 10). Ao mesmo tempo em que a federação centraliza a regulamentação das políticas educacionais, transfere para a sociedade civil, para os estados e municípios a execução dos serviços educacionais. Nesta direção é que entendemos a abertura dada pela LDB 9394/96, em seu Art. 23 aos estados e municípios em organizar a educação básica:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).

Consoante com este artigo, é que, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), desenvolve a proposta do Ensino Médio Inovador (ProEMI). Propõe às escolas o desenvolvimento de reorganizações curriculares, a fim de propiciar a expansão do Ensino Médio. Atualmente, o aluno tem no Ensino Médio tradicional 2.400 horas. A proposta do MEC, é que, o aluno tenha no Ensino médio 3.000 horas de estudo. Ou seja, uma das propostas do Ensino Médio Inovador é um aumento de 600 horas no mesmo. No entanto, esta proposta esbarra na atual LDB, que, somente prevê três anos com duração de 800 horas cada, perfazendo o total de 2.400 horas¹⁰. Neste sentido, o Ensino Médio Inovador propõe que se aumente a carga horária, com atividades complementares ou integradoras.

O programa Ensino Médio Inovador, de âmbito nacional, caracteriza-se como um meio de incentivo aos estados e escolas no desenvolvimento de ações, com vista à diminuição da evasão, promoção e expansão do Ensino Médio no Brasil. Incentiva-se o

¹⁰**Art. 24º.** A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (LDB 9394-96, p.9)

desenvolvimento de ações inovadoras, ou seja, alia-se o financiamento a promoção de projetos, que efetivamente demonstrem alcançar as metas de ampliar e inovar o currículo do Ensino Médio, melhorar o aproveitamento dos alunos na avaliação do Enem, reduzir os índices de evasão escolar, melhorar a infra-estrutura dos espaços escolares, e propiciar o acesso à informática.

Entende-se que, as tentativas de reformulação do curricular com vista à promoção de atividades integradoras, desenvolvidos pelas escolas em âmbito estadual, representam um avanço na medida em que as instituições discutem e tentam apontar práticas que venham reforçar e aproximar o educando com o campo de estudo. No entanto estas pequenas reformulações tendo em vista as atividades integradoras propostas pelo Ensino Médio Inovador, não representam a mudança de uma estrutura educacional que leve a efetiva mudança do currículo voltado ao Ensino Médio. Representam muito mais um processo de cumprimento de exigências com vista ao enquadramento a fim de receber recursos provindos do governo federal bem como, a aceitação e concordância da administração pública, com os princípios defendidos por organismos internacionais¹¹, na concretização das reformas educacionais de cunho neoliberal.

No Paraná, inicialmente a opção foi incluir no Programa Ensino Médio Inovador, as escolas que, no ano de 2009, haviam optado pelo Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais. O debate em torno da semestralização de disciplinas, no Ensino Médio do Paraná, iniciou-se em 2007, tendo como justificativa principal, os elevados índices de reprovação e evasão escolar verificados nesta etapa de escolarização.

Mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LBD 9394-96, incluindo o Ensino Médio como última etapa da educação básica, a universalização do Ensino Médio não se efetivou em todas as escolas do estado. Segundo dados do IDM, (Indicador Demográfico Educacional)¹², por meio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2009, a taxa de escolarização do estado do Paraná era de 94,50% no Ensino Fundamental, compreendendo a faixa etária de 7 a 14 anos, e, de somente 59,50% da faixa etária da população de 15 a 17 anos, com a escolarização no Ensino Médio. Isso demonstra que, mesmo com a inclusão do Ensino Médio na Educação Básica em 1996, mais de uma década após, o estado do Paraná tem cerca de 40% dos jovens excluídos do Ensino Médio.

O mesmo documento aponta, no período de 2008 a 2009, um índice de evasão de 25% no primeiro ano do Ensino Médio, 21% no segundo ano e 19% no terceiro ano, perfazendo uma média de aproximadamente 21% de evasão escolar neste período. Se ainda levar em consideração os dados de reprovação, verifica-se que há uma grande

¹¹ Neste cenário, emergem os intelectuais coletivos internacionais – os organismos multilaterais – como o Banco Mundial, o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comercio (OMC), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) etc. com novas funções específicas voltadas para a consolidação, em nível global, a nova forma histórica do capitalismo (JÚNIOR, 2007, p. 155).

¹² Disponível: <http://ide.mec.gov.br/2011/estados/relatorio/uf/41>. Acesso em 18/06/2013.

disparidade entre as matrículas efetuadas, e, o elevado número de alunos que vão deixando a escola no decorrer dos três anos de formação¹³. Portanto, diante da realidade posta, em que se acentuam altos índices de evasão, o estado é impulsionado a desenvolver programas que venham corrigir os insuficientes resultados apresentados.

Neste contexto, os debates em torno dos dados, levantam a necessidade da Secretaria do Estado da Educação (SEED), desenvolver propostas que visem corrigir as distorções apresentadas acima. Segundo o texto, elaborado pela Equipe de Legislação e Ensino do Departamento de Educação Básica (DEB/SEED), sob o título: *A proposta de inovação do Ensino Médio: uma produção coletiva*, os dados da evasão e repetência foram os principais fatores que, levaram ao desenvolvimento de uma nova possibilidade de organização curricular para o Ensino Médio. Isso é reafirmado, por meio das considerações iniciais dadas pela Resolução 5590/2008:

A Secretária de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- a Lei Federal n.º 9394/96 que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais legislações vigentes;
- os índices de evasão e reprovação no Ensino Médio Regular na Rede Pública do Estado do Paraná;
- a necessidade de garantir a permanência do aluno do Ensino Médio na escola;
- a necessidade de ações pedagógicas que garantam a qualidade de ensino

(RESOLUÇÃO n.º. 5590/2008, p. 01)

Neste sentido, o Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais no Paraná também vem ao encontro das reformas do Estado neoliberal, e das políticas educacionais. Inicialmente traz intrínseca a ideia de que, o Estado apresenta-se impossibilitado de desenvolver reformas curriculares diante da extensão do sistema educacional brasileiro, descentralizando assim a capacidade decisória e administrativa aos estados.

O texto resumo, da proposta elaborado pela Equipe de Legislação e Ensino do Departamento de Educação Básica (DEB/SEED), em 2009, trás o princípio de que a série, no Ensino Médio tradicional formado por três séries: primeira; segunda e terceira, pode ser formada por dois blocos de disciplinas em cada série. Esta organização, da série dividida em dois blocos semestrais, dá à possibilidade ao jovem, de ingressar na escola no início de cada semestre, garantindo o aproveitamento de estudo. Caso o aluno tenha que interromper seus estudos, não teria a perda de todo ano letivo, mas sim, de um período, ou semestre. Do retorno, partiria do bloco em que teria interrompido, ou seja, estaria garantida a flexibilização do ingresso ao jovem no Ensino Médio, bem como o aproveitamento do estudo.

Ao flexibilizar, a entrada e saída dos jovens, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, reconhece-se a situação de vulnerabilidade social da juventude, marcada pela instabilidade e incerteza quanto à entrada no mercado de trabalho. Porém,

¹³ Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/estados/relatorio/uf/41>. Acesso em 17/05/2013

sob o discurso do aproveitamento do estudo, as estrutura do sistema educacional não são repensadas, ficando ao encargo dos jovens, aliar a formação básica, com as necessidades de ingresso no trabalho, a fim de garantir sua subsistência.

Assim, escolas da rede pública do Estado do Paraná, que a partir de 2009, optam¹⁴ pelo Ensino Médio em blocos mantêm em seu currículo a histórica organização por série, porém cada série é formada por dois blocos de disciplinas. Ao optarem pelo Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais, adota também, a matriz curricular única definida pela Instrução 021/2008 SUED/SEED. Por matriz curricular única, entende-se que todas as escolas que optarem por trabalhar com o Ensino Médio em Blocos devam adotar a seguinte organização das disciplinas, bem como a carga horária das mesmas:

TABELA 1: Matriz Curricular do Ensino Médio em bloco de disciplinas semestrais - Paraná

Para as três séries do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª Séries)			
Bloco 1	Hora Aula	Bloco 2	Hora Aula
BIOLOGIA	04	ARTE	04
ED FÍSICA	04	FÍSICA	04
FILOSOFIA	03	GEOGRAFIA	04
LÍNGUA PORTUGUESA	06	MATEMÁTICA	06
HISTÓRIA	04	QUÍMICA	04
LEM –ESPANHOL	04	SOCIOLOGIA	03
LEM –(escolha da comunidade)		04	
Total semanal	29	Total semanal	25

Fonte: Matriz Curricular Única. Disponível em < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/> Acesso em abril 2013.

Por Hora Aula entende-se o período de quarenta e cinco minutos.

Tem-se nesta organização, o bloco com as ciências humanas, e, o bloco com maior concentração das ciências exatas. Esta proximidade, segundo a proposta, facilitaria a integração entre as disciplinas, o diálogo entre os conteúdos, permitindo o aprofundamento dos conhecimentos científicos, uma vez que aluno e professor, em contato por maior tempo, teriam condições de desenvolver um estudo contextualizado e integrado entre as áreas do conhecimento. Outro ponto a destacar, é que as disciplinas são vistas em todas as séries, o que possibilitaria ao professor, a continuidade do trabalho pedagógico na turma.

No entanto, a matriz curricular do Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais, mantém a supremacia dos conhecimentos técnicos e científicos, explicitados historicamente pela dissociação entre trabalho manual e trabalho intelectual e centrado nos elementos da cultura científica. Na matriz curricular do Ensino Médio organizado

¹⁴ Conforme Resolução 5590/2008: Item 2: Tornar optativa a organização em Blocos de Disciplinas Semestrais, com implantação simultânea a partir do ano letivo de 2009 em todos os turnos dos estabelecimentos que ofertam ensino médio. Item 3. Implantar matriz curricular única para os estabelecimentos de ensino que optarem pela oferta do Ensino Médio Regular organizado em blocos de Disciplinas Semestrais.

por bloco de disciplinas é claramente perceptível o privilégio: da linguagem, códigos e suas tecnologias; ciências da natureza; matemática e suas tecnologias em detrimento das Ciências humanas e suas tecnologias. Observam-se na matriz curricular, três aulas de filosofia no primeiro semestre, e três aulas de sociologia no segundo semestre, este número é significativamente reduzido se comparado a outras as disciplinas técnicas.

O estado do Paraná tinha o ano de 2009 aproximadamente 1300 escolas que ofertavam o Ensino Médio¹⁵. Destas, no mesmo ano, aderiram ao Ensino Médio em Blocos de 109 escolas, sendo que, 84 delas aderiram também ao Ensino Médio Inovador, com atividades complementares oferecidas em contra turno¹⁶. No ano de 2010, são 411 escolas organizadas em blocos de disciplinas, representando aproximadamente 40% dos estabelecimentos. Nos anos posteriores, há uma significativa diminuição do número de escolas que optam pelo Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais. Dentre os fatores que contribuem para o abandono desta organização curricular, estão às dificuldades na adaptação curricular em virtude da entrada, saída, e transferências de alunos estudantes do Ensino médio anual, para o semestral, e, vice versa no decorrer do ano letivo. Esta dificuldade se dá, pois, em um mesmo município, têm-se algumas escolas trabalhando com o Ensino Médio anual, e, outras com o Ensino Médio semestral.

Além disso, destaca-se também, a dificuldade de adaptação de alunos e professores com a relação tempo/conteúdo, a dificuldade na gestão dos aspectos administrativos, como distribuição semestral de aulas e formação de turmas¹⁷. Há que se destacar ainda que, não houve mudança nas condições estruturais, como a destinação de tempo para o planejamento coletivo semanal entre os professores. Este é um dos fatores que dificultam a integração dos conteúdos, ou seja, em que os eixos integrados se comuniquem e estabeleçam relações entre si no processo de ensino aprendizagem.

Ao mesmo tempo em que é pressionada a apresentar melhores resultados, a Secretaria do Estado da Educação (SEED), busca articular com a escola, possibilidades de reorganização curricular, dentro da legislação educacional vigente. Assim é que o Ensino Médio em bloco de disciplinas semestrais é organizado, numa perspectiva de gestão compartilhada. No entanto, apesar da gestão compartilhada assumir um caráter democrático, na realidade, consolida-se a participação para a autossustentação. A comunidade escolar, por meio da decisão em aderir ou não ao Ensino Médio em blocos, acaba por estabelecer uma relação de parceria com o estado na sustentação da proposta.

É, neste sentido, que se entende o caractere optativo da proposta de Ensino Médio em blocos. Ou seja, que a comunidade escolar, ao optar pelo Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais, acaba por assumir também a função de controle e fiscalização sobre a escola, para que alcance os resultados, ou seja, que garanta o aproveitamento do estudo e que diminua a evasão e a reprovação no Ensino Médio.

¹⁵Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2011/estados/relatorio/uf/41>. Acesso em abril de 2013.

¹⁶ As escolas que aderiram ao Ensino Médio Inovador recebem uma verba do MEC para compra de materiais. Nesta proposta cabe ao Estado do Paraná a proposta pedagógica das atividades de contra turno e a disponibilidade de profissionais para trabalhar com os alunos.

¹⁷ No Ensino Médio em blocos a formação de turmas se dá em número par para cada turma, isso por que dá a garantia do professor, como seu padrão na escola, dar suas aulas no primeiro e segundo semestre. Para o aluno, dá a possibilidade de optar em fazer o primeiro ou seguindo bloco.

Desta forma, a escola e o estado, cumprem a perspectiva neoliberal de alcançar os resultados estipulados pelo Estado, por meio do Ministério da Educação, superando o baixo desempenho, por conta própria. Assim, as políticas e programas educacionais pautados numa organização política, de acordo com as necessidades do capital, negam o desenvolvimento pleno do sujeito.

Considerações finais

As mudanças recentes no Ensino Médio paranaense, seguem atreladas as políticas educacionais neoliberais, implantadas no Brasil a partir da década de 1990, sendo orientadas por princípios de eficiência e produtividade que incorporam características próprias do setor produtivo. No contexto do neoliberalismo, ainda surgem às argumentações da sociedade do conhecimento e, para esta nova sociedade, a formação dos jovens deve estar integrada a era da globalização, exigindo dos jovens trabalhadores flexibilidade, capacidade de comunicação, participação, e trabalho em equipe. O Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais no Paraná integra-se no princípio da busca por melhores resultados no Ensino Médio, sem que se alterem as condições estruturais dadas pelo sistema educacional brasileiro.

Todavia, é importante nestas considerações finais, apontar algumas contradições neste processo, e que diz respeito à proposta pedagógica, que, legalmente orienta o Estado do Paraná na sua prática educativa. Desde 2008, as disciplinas e os conteúdos das Diretrizes Curriculares Estaduais, estão embasados nos fundamentos da Pedagogia Histórico Crítica.

Esta pedagogia, segundo Saviani (2010), se constitui numa proposta contra hegemônica, onde a educação é entendida como ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (p. 422). Embora estudos de Baczinski (2007) concluam que a Pedagogia Histórico-Crítica foi implantada apenas como um discurso político, não sendo alterada significativamente a estrutura organizacional da educação escolar paranaense, acredita-se ser importante aprofundar esta reflexão, pois ela pode se constituir como uma brecha para avançarmos com vistas a uma educação política, crítica e emancipatória. Assim fica o questionamento: mesmo frente às políticas neoliberais, em que medida o Ensino Médio em blocos, bem como o Ensino Médio Inovador podem representar um avanço na formação dos jovens?

Finaliza-se apontando a necessidade de aprofundar o estudo no que se refere ao processo formativo dos jovens no Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais, colocando-se a necessidade de analisar outras questões que envolvem esta nova organização de ensino, e, que podem representar possibilidades de avanços na formação dos mesmos.

Referencias Bibliográficas

BACZINSKI Alexandra Vanessa de Moura. *A implantação oficial da Pedagogia Histórico-Crítica na rede pública do estado do Paraná (1983-1994): Legitimação, resistências e contradições*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

BRASIL. LDB (1996). *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>>. Acesso 16 de maio de 2013.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

INDICADOR DEMOGRAFICO EDUCACIONAL. Disponível: <http://ide.mec.gov.br/2011/estados/relatorio/uf/41>. Acesso em 18/06/2013.

JÚNIOR, João dos Reis Silva. O longo período do esgotamento do pacto social liberal: breves considerações. In. LOMBARDI, José Claudinei. SANFELISE, José Luiz (orgs.). *Liberalismo e Educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

NOMA, Amélia K. Reforma do Estado e da educação dos anos de 1990. In: *Revista Roteiro*. Vol. 34, nº 02, 1999.

PORTARIA Nº 971, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009. Diário Oficial da União P. 52 ISSN 1677-7042 seção1 Nº 195, terça-feira, 13 de outubro de 2009.

PINTO, Aparecida Marcianinha. *Neoliberalismo: Gênese e Expansão*. Caderno de Apoio ao Ensino, nº 01. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SEED (DEB). *A proposta de inovação do Ensino Médio: uma produção coletiva*. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/EM_BLOCOS/origem_em_blocos.pdf. Acesso em 15 maio de 2013.

PARANÁ. SEED. *RESOLUÇÃO N.º 5590/2008*. Curitiba: 2008

PARANÁ. SUEDE/SEED. *INSTRUÇÃO N.º 021/2008*. Curitiba: 2008

SEED. *Matriz Curricular Única*. Disponível em < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/> Acesso em abril 2013.

SILVA, Ilse G. *Democracia e participação na reforma do Estado*. São Paulo: Cortez, 2003.